

Quem tem medo de um Museu dos Descobrimentos?

Alexandre Monteiro

[Observador](#), 12/12/2025

Sabemos hoje mais sobre os navios romanos de há dois mil anos do que sobre as embarcações com que os Portugueses do século XV abriram o mundo. Por paradoxal que pareça, ninguém sabe ao certo como era um barinel, uma caravela nas suas proporções verdadeiras, na sua arquitectura íntima de casco e mastreação. Escavaram-se mais navios da Grécia Clássica do que navios portugueses da chamada Era dos Descobrimentos - o nosso próprio passado é um arquipélago de silêncios, feito mais de conjecturas do que de achados. Faltam-nos os navios - reais, tangíveis, escavados e estudados. Falta-nos o que permitiria a um país marítimo olhar-se ao espelho, sem nevoeiro.

E sei do que falo. Há trinta anos que sou arqueólogo náutico e subaquático, especializado em navios ibéricos. Encontrei, escavei e desmontei um galeão espanhol nos Açores. Fiz a carta dos naufrágios de Cabo Verde e dos Açores. Mergulhei num recife de coral na Austrália para recuperar moedas de prata espanholas, naufragadas num navio português que seguia de Lisboa para Macau. Nas águas silenciosas do Emirato de Sharjah procurei vestígios de embarcações portuguesas. Na pequena ilha omanita de Masirah deparei-me com a estória de André Cortes, que em 1546 combateu, com a filha bebé ao colo, contra piratas nautiques que acabaram por o fazer cativo.

Em Colónia do Sacramento, deixei-me ficar diante da foz larga e turva do rio da Prata, onde Portugueses e Espanhóis trocaram tiros vezes sem conta. Na ilha de Moçambique, a 20 metros de profundidade, mergulhei num canhão português em bronze, que ajudei a salvar da cupidez dos caçadores de tesouros. Na costa da Namíbia identifiquei a nau *Bom Jesus*, desaparecida em 1533 e reencontrada quase cinco séculos depois. Nas Caraíbas, segui o rasto do navio negreiro *Esperança*, francês no casco e no comércio, mas convenientemente português no pavilhão.

Estas histórias não são notas de viagem: são a medida do que ainda não sabemos. Mostram que o passado marítimo português está por contar - e que um Museu dos Descobrimentos, mais do que uma instituição, deveria ser um laboratório de verdade histórica. Um espaço onde a arqueologia, a história, a crítica, a memória e o incómodo se possam encontrar sem medo.

Quando digo Museu dos Descobrimentos, obviamente não falo de “descobrimientos”. Poucas terras foram verdadeiramente descobertas: os Açores, a Madeira, Cabo Verde, a remota ilha de São Paulo no Índico - e pouco mais. O que os Portugueses fizeram, acompanhados por Venezianos, Genoveses, Flamengos ou Alemães que com eles navegaram, foi resolver uma equação que permanecera irresolúvel durante séculos: como lá chegar. Lá, ao conhecido e ao desconhecido. Lá, àquilo que se intuía nos mapas incompletos, nos portulanos carregados de hipóteses, nos nebulosos limites do mundo medieval.

Quem navegou naqueles séculos iniciais, fundiu tecnologia e ciência muçulmana e judaica com um saber-fazer cristão e, dessa síntese improvável, fez-se ao mar. Não foi um milagre; foi engenharia, matemática, cosmografia, cálculo astronómico, carpintaria naval, meteorologia empírica, e sobretudo a coragem de combiná-los. O resto foram encontros - inevitáveis, transformadores, por vezes violentos, as mais das vezes mutuamente fecundos.

Se os Portugueses encontraram o Brasil, também os povos do Brasil encontraram Portugal. Se chegaram às costas do Japão, não tardou muito até que emissários Japoneses atravessassem meio mundo e descessem literalmente na Europa, em navios portugueses, invertendo as rotas e as narrativas. Não há unilateralidade na história global: há fluxos, retornos, contaminações, aprendizagens cruzadas. Esquece-se facilmente que o universalismo europeu começou por ser, ele próprio, uma descoberta do Outro.

O maior feito dos Portugueses de então não foi terem simplesmente navegado. Outros antes deles navegaram - Fenícios, Árabes, Chineses. O que os Portugueses fizeram foi outra coisa: desfizeram a escolástica medieval. Abriram fendas no pensamento fechado, na visão teológica do espaço, no mapa moral do mundo. Aceitaram que a experiência directa pudesse contradizer a teoria; que o mar, ao contrário dos livros, não mentia; que um piloto pragmático pudesse valer tanto quanto um letrado. Substituíram a especulação pelo empirismo.

Distorceram a gramática da Idade Média e inauguraram, sabendo-o ou não, um modo novo de estar no mundo.

Em Fevereiro de 1502, Valentim Fernandes imprimiu em Lisboa o *Livro de Marco Polo* e enviou-o, fresco da tipografia, para a Armada que partiria dias depois rumo à Índia. Não o fez para ornamentar bibliotecas, nem para perpetuar maravilhas orientais num registo literário. Fê-lo para uma função prática, quase científica, e deixou-o claro no colofão: o livro servia “para avisamento daqueles que agora vão para as ditas Índias”, e pedia humildemente aos navegadores que “queiram emendar e corrigir o que menos acharem escrito”; nos nomes das províncias, reinos, cidades, ilhas, nas distâncias entre lugares - em tudo o que a experiência directa contrariasse o que seguia escrito.

Isso foi, de facto, uma revolução. Não uma revolução política ou religiosa, mas uma revolução cognitiva. Pela primeira vez, num livro europeu indicava-se que o texto poderia estar errado e de que caberia ao leitor - não a qualquer leitor, mas ao marinheiro, ao piloto, ao mercador - corrigi-lo a partir da sua observação empírica. Era a inversão completa da escolástica, para quem o mundo devia caber nos livros e não o contrário. De repente, a autoridade não é o pergaminho, nem o mestre universitário, nem o comentador aristotélico: é o homem que viu, que mediu, que navegou, que aferiu distâncias com a experiência e o corpo. O mundo tornava-se mais confiável do que o discurso que o descrevia.

A modernidade científica começa aqui, nesta página impressa, em português, em Lisboa, muito antes de Galileu apontar um telescópio ao céu ou de Bacon escrever sobre o método científico. Começa com Portugal a transformar a viagem numa forma de conhecimento, o oceano numa sala de aula e a náutica num laboratório móvel. Começa com a ideia subversiva de que um piloto anónimo pode corrigir Marco Polo, e que essa correcção não é heresia - é progresso.

Por isso é que o verdadeiro legado dos Portugueses não está nos monumentos, no pastel de nata, em Ronaldo, ou nos *slogans* turísticos do *Allgarve*. Está nesta coragem intelectual de submeter o manuscrito ao real, o dogma à observação, o Velho Mundo a um mundo maior do que ele próprio imaginava. O império que estas pessoas construíram - frágil, fragmentado, multifacetado, do seu tempo - foi menos duradouro do que a epistemologia que deixaram: a

convicção de que o saber se testa, se revê, se corrige, se discute, se aperfeiçoa. Que a verdade é um processo, não uma doutrina.

É irónico, portanto, que hoje se tenha medo de um “Museu dos Descobrimentos”, como se o passado fosse uma estátua ameaçadora e não uma conversa aberta sobre o que fomos e sobre o que aprendemos. A melhor herança desse período não está nas glórias nem nos mitos: está na capacidade de olhar para o mundo com curiosidade crítica, sem catecismos, sem certezas impermeáveis - como aqueles navegadores que partiam com um livro na mão e a consciência de que o próprio livro podia estar errado. O que verdadeiramente descobriram foi isto: que o conhecimento é uma viagem contínua, feita de rectificações, encruzilhadas e retornos.

Em contraste com essa abertura intelectual dos séculos XV e XVI, assistimos hoje a um fenómeno perturbador: a recusa de lidar com a história como ela realmente foi. Em Londres, Bristol, Antuérpia ou Paris, ergue-se a tentação de derrubar estátuas, apagar nomes, amputar paredes. É como se o passado fosse uma ofensa pessoal, e não uma realidade a compreender.

Mas uma estátua não é um elogio eterno: é um documento. É um testemunho do que uma comunidade, num certo momento, escolheu ver em si mesma. Derrubá-la pode dar a ilusão de limpeza moral, mas apenas empobrece o arquivo visível da nossa memória colectiva. Quem totalitariamente rasura o passado não o corrige - apenas se condena a repeti-lo às cegas.

Pior ainda é a vontade crescente de reescrever a história num sentido maniqueísta, atribuindo culpas únicas e inocências impossíveis. Como se o tráfico de escravos tivesse sido um desvio exclusivo de um ou dois impérios europeus; como se todos os outros continentes vivessem em sociedades puras, imaculadas, imunes às tentações económicas e às hierarquias humanas.

É historicamente falso - e moralmente perigoso. Todos os povos venderam seres humanos. Todos os povos compraram seres humanos. A escravatura existiu na Ásia muito antes de Camões ter tido um escravo javanês; foi estruturante nos impérios africanos do Sahel e da costa da Guiné; sustentou tanto civilizações da Antiguidade Clássica como ameríndias; fez parte das economias do mundo islâmico desde o Magrebe até ao Índico; moldou, sem excepção, a história humana. A Europa não inventou a escravatura - inventou, isso sim, o debate público sobre a sua abolição.

Mas há ainda outra ironia que raramente se reconhece: de Xangai a Buenos Aires, de Lagos a Istambul, de Bombaim ao Rio de Janeiro, todos os povos do mundo incorporaram, com entusiasmo variável, aquilo que hoje se chama “capitalismo ocidental”. Não por submissão, mas por desejo - desejo de mobilidade, de riqueza, de distinção, de símbolos de *status*. O luxo, a ostentação e a competição pelo prestígio social são universais. A paisagem contemporânea - arranha-céus, centros comerciais, telecomunicações, marcas de luxo, mercados financeiros - não é um *pastiche* europeu imposto ao mundo: é uma construção global, co-criada por todos. O capitalismo globalizou-se não porque foi imposto, mas porque encontrou, em cada cultura, uma sede humana antiga: a de, por meio de objectos, de tecnologias, de raridades, alardear o poder que se detém ou a posição que se ocupa naquela sociedade.

Em todos os países, em todas as épocas, o que a história nos mostra é isto: a humanidade não é inocente, mas é curiosa; é violenta, mas é capaz de criar beleza; é desigual, mas é também capaz de aprender e corrigir-se. Não há povo puro, não há cultura sem sombras, não há civilização ou etnia sem contradições. Por isso mesmo, rasurar o passado é uma forma de infantilização moral - como se a maturidade colectiva dependesse de apagar erros, e não de os compreender.

Na verdade, o verdadeiro desafio não é derrubar estátuas; é aprender a olhar para elas. Não é apagar capítulos; mas lê-los com atenção crítica. Não é purificar a história; mas compreendê-la na sua densidade: feita de grandezas e horrores, de génio e brutalidade, de encontros improváveis e embates devastadores. É nessa espessura que se mede a humanidade, e é nesse confronto que se constrói o futuro.

E é aqui que surge a terceira ironia do nosso tempo: enquanto alguns poucos, entre nós, clamam pela urgência de “descolonizar” museus, o mundo dito “colonizado” preserva - por vezes com orgulho, outras com pragmatismo histórico - a presença portuguesa no seu património. Em Cabo Verde, mesmo em frente ao palácio presidencial, continuam voltadas para o mar as estátuas dos descobridores. Não como celebração acrítica, mas como parte da continuidade material de uma história partilhada, com as suas luzes e sombras.

Na ilha de Moçambique, Vasco da Gama e Camões permanecem erguidos, não porque representem uma adesão cega ao passado colonial, mas porque a história da ilha - a sua

identidade urbana, a sua memória arquitetónica - não existe sem eles. A própria fortaleza, símbolo máximo da presença lusa no Índico, foi proposta pelas autoridades moçambicanas, e aceite pela UNESCO, como Património Mundial. Não houve escândalo, nem polémica: houve reconhecimento de que o passado é mais complexo do que dão a entender alguns gritos históricos, emitidos em falsete nas redes sociais.

O mesmo se passa em Omã e nos Emiratos Árabes Unidos, territórios que viveram sob domínio português durante século e meio. Longe de apagarem esse período, os seus museus nacionais dedicam-lhe salas inteiras. Em Mascate, Sohar ou Sur, investigam-se as fortalezas atribuídas aos Portugueses, restauram-se torres, catalogam-se peças de artilharia, exibem-se moedas e cerâmicas. No Emirato de Sharjah, escavam-se sistematicamente os níveis portugueses de jazidas arqueológicas costeiras e integram-se essas descobertas na narrativa oficial da história local. Não há ressentimento: há arqueologia, estudo, curiosidade - e, sobretudo, a consciência de que a identidade omanita ou emirati não se constrói eliminando vestígios; mas incorporando-os.

Por isso é tão paradoxal - e tão revelador - que, enquanto noutros continentes se reconhece que o passado é sedimentação e não camisa-de-forças, aqui pela Europa persistam vozes que pretendem purificar museus como quem higieniza sanitas. Talvez porque, paradoxalmente, o ex-colonizado já fez o trabalho que o ex-colonizador ainda hesita em iniciar: aceitar que o passado não é uma disputa moral, mas uma herança que se interpreta, se estuda, se confronta e se incorpora. E que nenhuma sociedade cresce amputando os capítulos que a constituem.

É tempo, portanto, de deixarmos de ter medo do passado. Tempo de deixarmos de ver fantasmas onde há apenas história, e de percebermos que a memória não se purifica: trabalha-se, debate-se, expõe-se.

É já tempo - finalmente - de Portugal fazer aquilo que há décadas posterga: construir um Museu dos Descobrimentos. Não um simulacro turístico, não uma vitrina anémica de réplicas, não uma sala tímida escondida atrás de discursos culpabilizadores ou auto-glorificantes.

Um museu sério, central, monumental no melhor sentido do termo - o suficiente para acolher a complexidade do que foram e do que fizeram muitos Portugueses no passado. O fluxo turístico que nos chega - e que continuará a chegar - está cansado dos restos pífios dos

Jerónimos, das salas esvaziadas de significado que sobreviveram ao sismo e aos séculos, da singularidade isolada da Torre de Belém, que já não consegue, sozinha, contar uma história tão vasta.

Um Museu dos Descobrimentos é o único capaz de oferecer ao mundo uma narrativa verdadeiramente única porque só Portugal pode contar, a partir da sua própria experiência histórica, como um pequeno país reinventou a escala do planeta e inaugurou a primeira era de globalização.

No entanto, quem decide em Portugal hesita perante este museu. Há décadas que adiamos a decisão, e cada governo, seja de que cor for, parece aliviar-se com a ideia de que “ainda não é o momento”. Mas o que significa isso? Quando é, exactamente, “o momento” para olhar de frente a nossa própria história global?

Creio que o motivo para tal é temer-se que um Museu dos Descobrimentos obrigue o país a sair das trincheiras identitárias onde comodamente se instalou. Teme-se que um espaço verdadeiramente museológico - científico, crítico, arqueológico, documental - destrua as caricaturas que alimentam o debate público: a figura do herói marítimo intocável, por um lado, e a ideia de um Portugal exclusivamente predador e opressor, por outro. São dois extremos que se preferem mutuamente porque dispensam complexidade.

Um museu a sério não faria propaganda. Não ofereceria consolo. Recusaria simplificações. Colocaria lado a lado o astrolábio e o pelourinho, a caravela e o tumbeiro, a visão científica e a violência colonial. Mostraria que o avanço técnico que permitiu medir a latitude também permitiu transportar, em escala industrial, pessoas escravizadas. Revelaria como a cartografia portuguesa expandiu o mundo conhecido, mas também como essa expansão abriu a porta a novos impérios, novos conflitos, novos tráficos.

Um Museu dos Descobrimentos mostraria que os Portugueses não foram deuses nem demónios: foram seres humanos do seu tempo, entalados entre a necessidade económica, a ambição política, a curiosidade científica, a fé religiosa, a sobrevivência quotidiana e as violências estruturais próprias da Idade Moderna.

Talvez seja isso que se teme: um museu que devolva aos Portugueses a consciência de que foram inventores e imitadores, vítimas e algozes, pioneiros e produtos da mesma história global que, hoje, tanto nos custa integrar.

Precisamos desse Museu. Portugal precisa de um edifício novo, pensado de raiz, onde se explique o que foi a grande aventura marítima: a ciência que se criou e reinventou, a náutica que se sofisticou, o comércio global que emergiu, a diplomacia que se teceu de Goa a Nagasáqui, de Benim a Sevilha, de Lisboa a Ormuz. Um museu onde não haja medo de falar das sombras - da violência, da escravatura, das assimetrias - nem vergonha de expor as luzes - a cartografia, a astronomia, a medicina tropical, a circulação cultural que ligou continentes.

Um espaço onde o visitante possa compreender que a expansão portuguesa não foi uma epopeia homogénea, mas um jogo de forças, de interesses, de confrontos e de colaborações, feito de pragmatismos e improvisações, de ambições e de erros, de genialidades e de horrores.

E, sobretudo, um museu que não seja apenas sobre nós. Um museu que tenha asas - literalmente. A Portugal caberia erguer o corpo principal; às nações que conosco se cruzaram caberia ocupar, se o desejarem, alas dedicadas, anexos autónomos, espaços seus. Espaços oferecidos, mas não controlados por Portugal; espaços museológicos inteiros, onde cada país possa construir, às suas próprias custas e com plena liberdade, a sua narrativa do encontro histórico que manteve com o nosso país.

Que o Benim conte o que foi o Atlântico negro. Que Angola e Moçambique expliquem as dinâmicas internas que precederam, acompanharam e ultrapassaram a presença portuguesa. Que o Brasil narre a sua construção plural, com as suas múltiplas matrizes. Que o Japão descreva a fascinante convivência, trocas e choques daquele curto, intenso século de contacto. Que o Uruguai, a Tailândia, o Irão, os Emiratos Árabes, a Índia, Timor e tantos outros desenhem as suas próprias leituras, sem tutela, sem revisão portuguesa, sem filtros.

Um museu destes não é apenas uma instituição: é um gesto político e civilizacional. É reconhecer que o passado é tecido por muitos fios e que nenhum deles nos pertence em exclusivo. É devolver a voz a quem a história nem sempre escutou. É afirmar, sem medo, que a grandeza e o fracasso fazem parte da mesma herança. É, finalmente, assumir que só um país adulto consegue olhar para a sua história inteira - e convidar o mundo a olhá-la conosco.

Portugal precisa deste museu não para consolidar mitos, mas para os ultrapassar; não para se vangloriar, mas para compreender; não para se desculpar, mas para se explicar. Seria uma obra de maturidade e, acima de tudo, urgente. Porque a verdade histórica não se derruba - constrói-se. E a nossa, feita de mar e de encontros, merece finalmente uma casa à sua altura.

Alexandre Monteiro

Arqueólogo Náutico e Subaquático

HTC, Universidade Nova de Lisboa/Universidade de Coimbra